

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2017

EXCLUSIVO MICROEMPRESA/EPP, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO, NO QUE COUBER, PARA OS GRUPOS 1 E 2.

PROCESSO Nº: 23090.032388/2017-06

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR GRUPO

DATA PARA ENTRADA DAS PROPOSTAS NO COMPRASNET “PARA TODOS OS ITENS DO EDITAL”: O envio da proposta poderá ocorrer a partir do dia 26/10/2017 até o horário limite de início da sessão pública. Durante esse período o licitante poderá incluir ou excluir sua proposta.

DATA DE ABERTURA DA PROPOSTA E INÍCIO DOS LANCES: 09/11/2017, às 09horas.

LOCAL: www.comprasnet.gov.br.

UASG: 153032

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.078.679/0001-74, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria/Reitoria nº 829, de 31 de julho de 2017, publicada no DOU de 2/8/17, Seção 2, p. 29, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local acima indicados, será realizada licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO POR GRUPO**, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 (alterado pelo Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e pelo Decreto nº 3.784, de 6 de abril de 2001), no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, no Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, na IN/SLTI/MP nº 2, de 11 de outubro de 2010 e nas demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, as disposições constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, bem como em observância às condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos e no Processo nº 23090.032388/2017-06.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresas especializadas com vistas à prestação dos serviços de serviço comum de manutenção, reforma e estruturação em casas de vegetação, estufas e telados nos setores (Horto Botânico) e (Floricultura e Paisagismo), a pedido do Departamento de Agricultura - DAG da Universidade da Federal de Lavras, conforme especificações constantes no Anexo II deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão as empresas que:

2.1.1. atendam às condições estabelecidas neste Edital e nos Anexos que o acompanham e apresentem os documentos neles exigidos;

2.1.2. estejam cadastradas e habilitadas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto nº 3.722/01, alterado pelo Decreto nº 4.485/02;

2.1.2.1. as empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar do presente Pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação perante a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas, conforme o permissivo constante no parágrafo único do art. 3º do Decreto 3.722/01, alterado pelo Decreto nº 4.485/02 e no § 1º do art. 4º da IN/SLTI/MP nº 2/10.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.2.1. que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência e concordata;

2.2.2. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.2.3. que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.2.4. que estejam impedidas de licitar e de contratar com União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;

2.2.5. que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;

2.2.6. que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.7. estrangeiras não autorizadas a funcionarem no País;

2.2.8. empresas cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;

2.2.9. quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

2.3. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

2.4. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências constantes neste Edital (art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).

2.5. O licitante é obrigado e deverá declarar, em campo próprio no site www.comprasnet.gov.br, a fim de que o sistema eletrônico gere a Declaração de Elaboração Independente de Proposta de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU de 17/9/09, página 80, Seção I.

2.6. Conforme especificado no Anexo II, quanto à participação neste Pregão também será observado o seguinte:

2.6.1. nos materiais lotes cujo valor estimado **NÃO SUPERE** o montante de valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) somente poderão participar Micro Empresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais ou sociedades cooperativas de consumo, no que couber, na forma do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e do artigo 1º do Decreto nº 8.538/15.

3. DA VISTORIA

3.1. O licitante que for concorrer aos grupos 1 e/ou 2, deverá declarar que conhece as circunstâncias locais e as possíveis dificuldades para a realização dos serviços, assumindo a responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes de circunstâncias passíveis de serem avaliadas na vistoria.

3.1.1. O Departamento de Agricultura - DAG coloca-se à disposição para agendamento da vistoria nas instalações do local de execução dos serviços até o segundo dia anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

3.1.2. A vistoria deverá ser previamente solicitada:

3.1.2.1 **Para os serviços que compõem o Grupo 1** pelo telefone **(35) 3829-1314 - Prof. Silvério José Coelho - Horto Botânico** ou (35)3829-1302 Máira Cristiane - Administradora do Departamento de Agricultura DAG de segunda a sexta-feira, no horário das 07 horas às 17 horas. A vistoria **para os serviços que compõem o Grupo 1** será acompanhada pelo Prof. Silvério Jose do Departamento de Agricultura -DAG.

3.1.2.2 **Para os serviços que compõem o Grupo 2** pelo telefone **(35) 3829-1786 - Prof(a). Patrícia Duarte - Setor de Floricultura e Plantas Ornamentais** ou 3829-1329 Marli dos Santos Secretária da Pós Graduação Agronomia e Fitotecnia do Departamento de Agricultura -DAG. A vistoria **para os serviços que compõem o Grupo 2** será acompanhada pela Prof(a). Patrícia Duarte da Pós Graduação Agronomia e Fitotecnia do Departamento de Agricultura -DAG.

3.1.3. Por ocasião da vistoria, o licitante deverá trazer declaração em duas vias, em papel que identifique a empresa, elaborada de acordo com o **Anexo III** deste Edital, que será visados pelos servidores do Departamento de Agricultura - DAG e constituirá documento de habilitação do certame.

3.1.4 A vistoria só poderá ser realizada pelo sócio-administrador ou administrador da empresa que conste no contrato social, pelo empresário individual ou por representante legal, mediante apresentação de procuração e documento de identidade.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450, de 2005), no site www.comprasnet.gov.br.

4.2. O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.3. O credenciamento ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica (art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450, de 2005).

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Universidade Federal de Lavras, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450, de 2005).

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A participação no presente Pregão dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta com valores unitários e totais. A proposta poderá ser enviada a partir da data de divulgação deste Edital no endereço eletrônico, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública, que será realizada às 09 horas do dia 09 de novembro de 2017, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (art. 13, inciso II, do Decreto nº 5.450, de 2005 c/ c o art. 21 do mesmo diploma legal).

5.2. A proposta de preços deverá conter as especificações técnicas detalhadas do serviço ofertado, com valores unitários e totais de cada item, devendo ainda conter, no que couber, especificação clara, precisa, completa e minuciosa dos serviços oferecidos em conformidade com o disposto no Anexo II deste Edital, bem como a garantia e prazo de validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, conforme o disposto no art. 27, § 4º, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e demais referências que bem indiquem os itens cotados. O detalhamento do objeto licitado é obrigatório e deverá ser registrado no campo "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO" de cada item.

5.3. A proposta de preços deverá conter, ainda, declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão, em conformidade com o Anexo II deste Edital.

5.4. O(s) licitante(s) deverá(ão) fornecer, quando solicitado(s) pelo pregoeiro, os seguintes dados:

5.4.1. o nome do representante legal da empresa, o cargo ocupado, o número da Carteira de Identidade e respectivo órgão emissor, o número do CPF, estado civil e nacionalidade;

5.4.2. declaração expressa de que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre os objetos deste Pregão, em conformidade com o disposto no Anexo II deste Edital;

5.4.3. a razão social, o endereço, telefone/fax, correio eletrônico (*e-mail*), o número do CNPJ/MF, o nome do banco, o código da agência, o número da conta-corrente e praça de pagamento, bem como os números do telefone e celular do representante da empresa;

5.5. O licitante microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo que desejar usufruir nesta licitação do tratamento diferenciado e favorecido concedido pela Lei Complementar nº 123/06, regulamentado pelo Decreto nº 8.538/15 e, em especial, quanto ao seu art. 13, deverá declarar, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir o tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da mencionada lei.

5.6. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo assinala, equivocadamente, no sistema eletrônico, a alternativa de que não cumpre os requisitos estabelecidos no art. 13 do Decreto nº 8.538/15, será considerada pelo sistema, para todos os fins, inclusive para desempate, que o licitante, mesmo podendo, optou por não se beneficiar, nesta licitação, do regime diferenciado e favorecido previsto na citada lei, não cabendo, posteriormente, qualquer reclamação e/ou recurso visando a alterar essa situação.

5.7. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, do Decreto nº 5.450, de 31/5/05).

5.8. Como requisito para a participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, também, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.9. Poderão ter suas propostas desclassificadas os licitantes que preencherem, de forma incorreta, no campo mencionado no subitem 4.2 e utilizar as expressões tais como "CONFORME O EDITAL, TOTALMENTE DE ACORDO COM O EDITAL";

5.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e de seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

6. DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A partir das **09horas** e em conformidade com o subitem 4.1 deste Edital, terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, conforme o disposto neste Edital e em consonância com as preceituções constantes no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances para cada item cotado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos para cada item, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3. Os licitantes deverão enviar lances com valores inferiores aos seus últimos lances que tenham sido registrados, não necessariamente inferiores ao valor do último lance registrado no sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.6. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.6.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação do Pregoeiro aos participantes.

7.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.7.1. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes.

7.8. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

7.9. O Pregoeiro poderá anunciar o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.9.1. Quando houver necessidade de apresentação de catálogo ou prospecto, ou não for possível a conclusão do certame durante a sessão pública, o pregoeiro encerrará a etapa de lances e suspenderá o pregão, informando a data prevista para a retomada do pregão.

7.10. **IMPORTANTE:** Ao formularem seus lances, os licitantes participantes deverão oferecer lances nos valores globais para cada item observando que, o valor total dividido pelo quantitativo requerido não pode resultar num valor unitário que extrapole o número de duas casas decimais após a vírgula (casa dos centavos). Caso isso ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens fazendo arredondamentos a menor, de forma que o valor unitário (com no máximo duas casas decimais após a vírgula – casa dos centavos), multiplicado pelo quantitativo resulte num valor, no máximo, igual ao valor do último lance ofertado.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. O julgamento das propostas será realizado em conformidade com o tipo de licitação mencionado no inciso I do § 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/93 menor preço por grupo, dentro das especificações constantes no Anexo II.

8.2. O julgamento da proposta de preços será objetivo, realizado em conformidade com o subitem 8.1 deste Edital.

8.3. Caso a proposta de menor valor seja desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

8.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 8.3, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.4. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando o intervalo percentual entre a proposta melhor classificada for de até 5% (cinco por cento), em conformidade com o previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observado o disposto nos subitens 5.5 e 5.6 deste Edital. O previsto neste item não se aplica quando a disputa ocorrer somente entre microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nos casos dispostos nos incisos I e II (cota de até 25%) do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação conferida pela Lei Complementar nº 147/2014.

8.5. O não atendimento aos chamados via chat será interpretado como descumprimento das normas editalícias ou desinteresse em fornecer o objeto da licitação, o que acarretará na desclassificação da proposta da empresa solicitada.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros elencados nos itens 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4 deste edital será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado a critério do pregoeiro, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.4. Habilitação jurídica:

9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

9.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.4.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.4.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.4.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.4.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de

02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.5. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.6. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da **qualificação econômico-financeira**, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

9.6.1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.6.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.6.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.6.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.6.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.6.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente

9.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

9.7.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e serviços, por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) Atestado ou Certidão de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido ou estar fornecendo objeto (s) compatível (is) e pertinente (s) com o (s) objeto(s) desta licitação;

9.8. Declaração de vistoria nas instalações do local de execução dos serviços ou de não vistoria, de acordo com o item 3 (três) deste edital, conforme **modelos constantes nos anexos III e IV.**

9.9. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo mínimo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado a critério do pregoeiro após sua solicitação no sistema eletrônico. .

9.10.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.12. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.15. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.16. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

10.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

10.2. O pedido de impugnação deverá ser feito por escrito e estar devidamente assinado, podendo ser encaminhado por meio eletrônico (pelo e-mail licita@dgm.ufla.br), ou por petição dirigida ou protocolada na Diretoria de Gestão de Materiais, localizada à Praça Prof. Edmir Sá Santos, s/n, campus Ufla, desde que observado o prazo estabelecido no subitem 10.1.

10.2.1. Não será aceita em hipótese alguma petição contra o ato convocatório sem assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

10.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

10.4. Não serão conhecidas as impugnações interpostas fora do prazo fixado no subitem 10.1.

10.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11. DOS ESCLARECIMENTOS

11.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública, por intermédio do e-mail licita@dgm.ufla.br.

11.2. Qualquer modificação deste Edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.3. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos interpostos fora do prazo fixado no subitem 11.1.

11.4. O prazo para resposta aos pedidos de esclarecimentos será até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, no prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

12.2. É assegurada aos licitantes vista imediata dos atos do Pregão na Diretoria de Gestão de Materiais, com finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, dentro do prazo e nos termos estabelecidos no subitem 12.1, importará em decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a Adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (art. 26, §1º, do Decreto nº 5.450/05).

12.4. A decisão do pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.

12.5. O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

12.6. Qualquer recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.7. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na Diretoria de Gestão de Materiais – Prédio da Administração Central - *Campus* Universitário - CEP 37.200-000 – Lavras-MG.

12.8. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, o licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores da UFLA, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais, nos seguintes casos:

14.1.1. cometer fraude fiscal;

14.1.2. apresentar documento falso;

14.1.3. fizer declaração falsa;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o contrato no prazo estabelecido;

14.1.6. deixar de entregar a documentação exigida no certame;

14.1.7. não mantiver a proposta;

14.1.8. ensejar o retardamento da execução do objeto.

14.2. Para os fins do disposto no subitem 14.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

14.3. Além do previsto no subitem 14.1, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI, da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá aplicar ao licitante vencedor as seguintes penalidades, sem o prejuízo de outras e da responsabilidade civil e criminal:

14.3.1. multa de 0,03% (três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida no descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia;

14.3.2. multa de 0,5 % (cinco décimos por cento), por dia de atraso sobre o valor do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas, após o 30º (trigésimo) dia, limitado a 10% do valor da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades;

14.3.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas;

14.4. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos ao licitante vencedor ou cobradas diretamente pela UFLA, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Item.

14.5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

14.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, será assegurado ao licitante vencedor o direito ao contraditório e ampla defesa.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento dos serviços prestados pelo licitante vencedor e aceitos definitivamente pela UFLA será efetuado em conformidade com as disposições contidas neste Edital, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

15.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal ou da Fatura, devidamente atestada pelo solicitante, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá estar acompanhada da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, com resultado favorável, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93.

15.4. Na hipótese de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

EM= I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

15.5. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, esses serão restituídos ao licitante vencedor para as correções necessárias, não respondendo a UFLA por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do respectivo pagamento.

15.6. Do valor apresentado para pagamento, será efetuada a retenção na fonte, referente ao IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; CSLL – Contribuição Sobre o Lucro Líquido; COFINS – Contribuição para a Seguridade Social, e a Contribuição para o PIS-PASEP, em obediência ao disposto na Lei no 9.430/96 e na Instrução Normativa Conjunta SRF no 1, de 9/1/97, exceto para empresas que forem optantes pelo “SIMPLES”, e apresentarem cópia do Termo de Opção, após recebimento da Nota de Empenho.

15.7. O pagamento será efetuado mediante depósito na conta-corrente, agência e banco indicados pelo licitante vencedor.

15.8. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas para aquisição do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos:

FONTE: 0112000000;

0250262630;

0250262630.

PROGRAMA: 12364208020RK0031 - TESOURO;

12364208020GK0031 - RENDAS PROPRIAS;

12364208020RK0031 - RENDAS PROPRIAS.

ELEMENTO DE DESPESA: 339039.

17. DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. Os serviços deverão ser prestados no prazo máximo de 30 (trinta), contados da data de recebimento da Nota de Empenho, de acordo com as especificações constantes do Anexo II deste Edital.

17.2. Deverá o licitante vencedor do certame comunicar à UFLA, por intermédio da Diretoria de Materiais e Patrimônio, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder ao vencimento do prazo da prestação dos serviços, a impossibilidade do seu cumprimento, informando os motivos correlatos.

17.3. O (s) objeto (s) licitado (s) deverá (ão) ser entregue (s) na Diretoria de Materiais e Patrimônio localizada no Campus Universitário, que poderá solicitar o encaminhamento dos mesmos para outros locais da Universidade, com todas as despesas pagas pelo licitante vencedor.

17.4. O horário para recebimento do (s) objeto (s) licitado (s) é das 7h às 10h30 e das 13h às 16h30, de segunda a sexta-feira.

18. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

18.1. O recebimento dos serviços será efetuado da seguinte forma:

18.1.1 **provisoriamente**, pelo solicitante, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes no Anexo II deste Edital;

18.1.2. **definitivamente**, até 15 (quinze) dias úteis, após verificação de qualidade dos serviços e aceitação pelo solicitante.

18.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

19. DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Edital serão decididos pela UFLA, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93.

20. DO FORO

20.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pela Justiça Federal, Subseção Judiciária de Lavras, Estado de Minas Gerais, por força do disposto no art. 109, I, da Constituição Federal e do art. 55, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.2. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

21.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

21.4. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

21.5. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.6. Os licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas de Preços.

21.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à aquisição do serviço pela Administração.

21.8. Os licitantes vencedores, ficarão obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

21.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e nos seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Universidade Federal de Lavras.

21.10. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no item 14, o lance é considerado proposta.

21.11. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas

propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Universidade Federal de Lavras responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 31, III, do Decreto nº 5.450/05).

21.12. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, IV, do Decreto nº 5.450/05).

21.13. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, observadas as normas legais pertinentes.

Lavras, 25 de outubro de 2017.

Frederico Lúcio de Souza
Diretor de Gestão de Materiais (em exercício)

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº: 23090.032388/2017-06

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR GRUPO

DATA PARA ENTRADA DAS PROPOSTAS NO COMPRASNET “PARA TODOS OS ITENS DO EDITAL”: O envio da proposta poderá ocorrer a partir do dia 26/10/2017 até o horário limite de início da sessão pública. Durante esse período o fornecedor poderá incluir ou excluir sua proposta.

DATA DE ABERTURA DA PROPOSTA E INÍCIO DOS LANCES: 09/11/2017, às 09horas.

LOCAL: www.comprasnet.gov.br.

UASG: 153032

Vistoria Facultativa para os itens que compõem os Grupos 1 e 2. A vistoria poderá ser agendada até o seguinte dia anterior à data prevista para abertura da sessão pública. O agendamento da vistoria nas instalações do local de execução dos serviços deverá ser previamente solicitado pelos telefones (35)3829-1314 ou (35)3829-1302 para os serviços que compõem o Grupo 1 e pelos telefones (35)3829-1786 ou (35)3829-1329, de segunda a sexta-feira, das 07 horas às 17 horas. A vistoria será acompanhada, para os serviços que compõem o Grupo 1 pelo Prof. Silvério José - Setor Horto Botânico do Departamento de Agricultura - DAG e para os itens que compõem o Grupo 2 pela Prof(a). Patrícia Duarte - Setor de Floricultura e Plantas Ornamentais do Departamento de Agricultura -DAG.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa(s) especializadas(s) com vistas à prestação dos serviços de serviço comum de manutenção, reforma e estruturação em casas de vegetação, estufas e telados nos setores (Horto Botânico) e (Floricultura e Paisagismo), a pedido do Departamento de Agricultura - DAG da Universidade da Federal de Lavras, conforme especificações constantes **no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2017.**

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O pedido de compras constante à(s) fl(s) 2 e 3, refere-se às solicitações dos setores:

2.1.1 O Horto Botânico do Departamento de Agricultura da Universidade Federal de Lavras é um local que abriga uma coleção de plantas ornamentais, de herbáceas e arbóreas, sendo utilizado para as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Departamentos de Agricultura, Biologia, Ciências Florestais, Entomologia e Fitopatologia, além de produzir mudas para o Setor de Paisagismo da Prefeitura do Campus. O Horto Botânico fará parte do Jardim Botânico, projeto em estudo na Universidade. O Horto possui casas de vegetação, estufas, telados e enraizadores, estruturas compostas por madeira, cano, telas, plásticos, entre outros, que são degradáveis ao longo do tempo. A manutenção e reestruturação dessas unidades são fundamentais para a sobrevivência das plantas que compõem o Horto.

2.1.2 O Setor de Floricultura e Plantas Ornamentais do Departamento de Agricultura possui em sua área física estufas e telados que são utilizados para a realização de experimentos, os quais vêm gerando resultados para trabalhos de conclusão de curso de dissertações de mestrado e teses de doutorado. No entanto, como é normal de acontecer, com a ação de intempéries: sol, chuva, ventos e acúmulo de poeiras, além da ação de microrganismos, essas estruturas de madeira apodreceram e desintegraram, plásticos e telas de sombreamento romperam expondo as partes internas e assim as estufas e telados deixam de cumprir sua função de controle ambiental para as plantas cultivadas. Dessa forma, para zelar pelo patrimônio público e, sobretudo, para permitir que pesquisas continuem a ser realizadas nessas áreas, permitindo aos alunos gerar resultados para atender às exigências do programa de pós-graduação onde estão inseridos é fundamental a realização do serviço de recuperação e reforma.

JUSTIFICATIVA PARA A FORMAÇÃO DE GRUPO DE SERVIÇO DE REFORMA DE CASAS DE VEGETAÇÃO

2.2 Justificamos a formação dos grupos 1 e 2: Considerando que os objetos elencados no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico Tradicional 24/2017 nos itens 1, 2 e 3 que compõem o Grupo 1 - "Reforma e Estruturação de Orquidário e Estufas" serão executados no Setor Horto Botânico e para os itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 que compõem o Grupo 2 - "Serviço de Reforma e Estufa e Telados" que serão executados no Setor de Floricultura e Plantas Ornamentais possuem objetos com as mesmas finalidades ou seja, são serviços comuns agrupados por possuírem as mesmas características e que não frustram a ampla concorrência com a participação de diversas empresas especializadas do ramo, observamos também que a organização de itens em grupo, dentro de suas características agrupa os fornecedores, concentrando-os em grupo específico de seu interesse e área de atuação, dando-lhes chances de um maior planejamento em suas propostas de preços e lances e, conseqüentemente, favorecendo a Administração no momento da negociação; Considerando que o agrupamento de itens torna o preço mais atraente e compensatório em termos logísticos ao fornecedor, fomenta a disputa e amplia o número de interessados na licitação;

Considerando que este procedimento atende aos princípios que as norteiam aquisições públicas de bens e serviços e esta prática visa adquirir o melhor pelo menor preço e dentro de uma possível e maior aproximação da padronização; Considerando também a padronização na qual se pretende para todos os itens com o mesmo grau de qualidade na realização dos serviços; E, finalmente, considerando a economia de escala, observamos que para neste caso, o conjunto licitado representa a possibilidade de um maior quantitativo de serviços que desta forma proporcionará um melhor preço final, tendo o cuidado de se evitar o jogo de planilhas.

Desta forma, ficam plenamente justificados o agrupamento 1 para os itens 1, 2 e 3 e o grupamento 2 para os itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 no Pregão Eletrônico Tradicional 24/2017.

3. DO ENQUADRAMENTO

3.1. A contratação pretendida fundamenta-se na Lei nº 10.520/02, no Decreto nº 3.555/00 e suas alterações, no Decreto nº 5.450/05, na Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, no Decreto nº 8.538/15, na Lei nº 8.666/93 e nas demais normas legais pertinentes.

4. DA ESPECIFICAÇÃO

4.1. Os serviços a serem contratados estão especificados no Anexo II – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO.

5. DA ESTIMATIVA

5.1. O valor total estimado para atender à despesa para a contratação pretendida é de R\$ 86.255,66 (oitenta e seis mil duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos).

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas para aquisição do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos:

FONTE : 0112000000;

0250262630;

0250262630.

PROGRAMA: 12364208020RK0031 - TESOURO;

12364208020GK0031 - RENDAS PROPRIAS;

12364208020RK0031 - RENDAS PROPRIAS.

ELEMENTO DE DESPESA: 339039.

7. DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços deverão ser prestados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da Nota de Empenho, de acordo com as especificações constantes no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico nº 024/2017.

7.2. Deverá o licitante vencedor do certame comunicar à UFLA, por intermédio da Diretoria de Materiais e Patrimônio, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder ao vencimento do prazo da prestação dos serviços, a impossibilidade do seu cumprimento, informando os motivos correlatos.

7.3. O (s) objeto (s) licitado (s) deverá (ão) ser entregue (s) na Diretoria de Materiais e Patrimônio (colocar o local no qual deverão ser entregues) localizada no *Campus* Universitário, que poderá solicitar o encaminhamento dos mesmos para outros locais da Universidade, com todas as despesas pagas pelo licitante vencedor.

7.4. O horário para recebimento do (s) objeto (s) licitado (s) é das 7h às 10h30 e das 13h às 16h30, de segunda a sexta-feira.

8. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. O recebimento dos serviços será efetuado da seguinte forma:

8.1.1 **provisoriamente**, pelo solicitante, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes no Anexo II do Edital;

8.1.2. **definitivamente**, até 15 (quinze) dias úteis, após verificação de qualidade dos serviços e aceitação pelo solicitante.

8.2. Conforme disposto no art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/93 "o recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato".

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento dos serviços prestados pelo licitante vencedor e aceitos definitivamente pela UFLA será efetuado em conformidade com as disposições contidas no Edital, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

9.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal ou da Fatura, devidamente atestada pelo solicitante, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá estar acompanhada da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, com resultado favorável, ou na impossibilidade de acesso ao referido

sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93.

9.4. Na hipótese de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

EM= I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

9.5. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, estes serão restituídos ao licitante vencedor para as correções necessárias, não respondendo a UFLA por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do respectivo pagamento.

9.6. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, o licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores da UFLA, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e sanções previstas no Edital e nas demais cominações legais, nos seguintes casos:

10.1.1. cometer fraude fiscal;

10.1.2. apresentar documento falso;

10.1.3. fizer declaração falsa;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o contrato no prazo estabelecido;

10.1.6. deixar de entregar a documentação exigida no certame;

10.1.7. não mantiver a proposta;

10.1.8. ensejar o retardamento da execução do objeto.

10.2. Para os fins do disposto no subitem 10.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

10.3. Além do previsto no subitem 10.1, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI, da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá aplicar ao licitante vencedor as seguintes penalidades, sem o prejuízo de outras e da responsabilidade civil e criminal:

10.3.1. multa de 0,03% (três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida no descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia;

10.3.2. multa de 0,5 % (cinco décimos por cento), por dia de atraso sobre o valor do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas, após o 30º (trigésimo) dia, limitado a 10% do valor da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades;

10.3.3. multa compensatória de 20%(vinte por cento) sobre o valor do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas;

10.4. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos ao licitante vencedor ou cobradas diretamente pela UFLA, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Item.

10.5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

10.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, será assegurado ao licitante vencedor o direito ao contraditório e ampla defesa.

Aprovo o termo de referência:

Prof. Rubens José Guimarães
Chefe Departamento de Agricultura

Prof(a).Patrícia Duarte de Oliveira Paiva
Setor de Pós Graduação
Departamento de Agricultura

ANEXO II

PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO

PROCESSO Nº: 23090.032388/2017-06

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR GRUPO

DATA PARA ENTRADA DAS PROPOSTAS NO COMPRASNET “PARA TODOS OS ITENS DO EDITAL”: o envio da proposta poderá ocorrer a partir do dia 26/10/2017 até o horário limite de início da sessão pública. Durante esse período o fornecedor poderá incluir ou excluir sua proposta.

DATA DE ABERTURA DA PROPOSTA E INÍCIO DOS LANCES: 09/11/2017, às 09 horas.

LOCAL: www.comprasnet.gov.br.

UASG: 153032

Vistoria Facultativa para os itens que compõem os Grupos 1 e 2. A vistoria poderá ser agendada até o seguinte dia anterior à data prevista para abertura da sessão pública. O agendamento da vistoria nas instalações do local de execução dos serviços deverá ser previamente solicitado pelos telefones (35)3829-1314 ou (35)3829-1302 para os serviços que compõem o Grupo 1 e pelos telefones (35)3829-1786 ou (35)3829-1329, de segunda a sexta-feira, das 07 horas às 17 horas. A vistoria será acompanhada, para os serviços que compõem o Grupo 1 pelo Prof. Silverio José - Setor Horto Botânico do Departamento de Agricultura - DAG e para os itens que compõem o Grupo 2 pela Prof(a). Patrícia Duarte - Setor de Floricultura e Plantas Ornamentais do Departamento de Agricultura -DAG.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1. Os licitantes deverão formalizar suas propostas com base nas especificações técnicas, de acordo com o disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 024/2017 e neste Anexo, cotando exclusivamente serviços de PRIMEIRA QUALIDADE.
2. O Pregoeiro, no que couber, poderá solicitar folder ou catálogo referente aos serviços para que o solicitante analise e ateste, ou não, a sua equivalência. Os folders ou catálogos deverão ser entregues conforme solicitação do Pregoeiro via chat. O não envio poderá ocasionar a desclassificação da proposta.
3. É exigida no cadastro da proposta uma especificação detalhada do serviço e demais referências que bem identifiquem o item que o licitante vencedor esteja cotando,

ficando a cargo do Pregoeiro a solicitação de maiores detalhes, caso julgue necessário. Poderá ocorrer a desclassificação da proposta se não for possível identificar o objeto ofertado ou se suas características não estiverem claras, conforme consta no item 5.2 do edital.

4. A única via de comunicação entre o licitante vencedor e o Pregoeiro, durante o processo licitatório, será por meio do Chat do Comprasnet. Não serão conhecidos e-mails enviados durante a sessão pública.
5. Caso haja divergência de informações entre algum documento enviado via anexo do sistema e as cadastradas em campo próprio do Comprasnet, prevalecerão as informações cadastradas e/ou negociadas no mesmo.
6. O não atendimento dessas observações poderá ocasionar desde a não aceitação dos serviços à desclassificação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no item 14 do Edital.
7. Os licitantes deverão se atentar a todas as especificações e prazos estabelecidos no edital no momento em que forem formular suas propostas e lances.
8. Os licitantes que optarem por não realizar a visita técnica deverão preencher, assinar, digitalizar e encaminhar a pedido do Pregoeiro via comprasnet o documento "DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA" constante no Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2017.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	<p>REFORMA E ESTRUTURAÇÃO DO ORQUIDÁRIO (DIMENSÕES 20,20 M X 10 M EM ARCO DUPLO) - LOCAL: HORTO BOTÂNICO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA. - Reforma e estruturação do Orquidário (dimensões 20,20 m x 10 m em arco duplo) - Local: Horto Botânico do Departamento de Agricultura, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Subida de mureta existente nas laterais, frente e fundos até altura de 1,00 m com bloco de cimento 10 x 20 x 40 cm, acabamento com reboco e pintura com tinta branca (cal); • Fechamento das laterais com tela de sombreamento preta, 70%; • Colocação de 1 (uma) porta de acesso, frente e fundos, em metalon, dimensões 2,15 m x 1, 25m, fechadas com tela de sombreamento, colocação de trincos e cadeados. Aproveitamento de outra porta existente, com alinhamento e algum ajuste, se necessário; • Contra piso de concreto, 10 cm de espessura em toda a superfície, a exceção de sete (7) canteiros com dimensões de 4,20 x 1,80m e quatro (4) canteiros com dimensões de 2,80 x 1,80 onde serão colocadas britas (ver planta baixa); • Colocação de 3 (três) postes de 2,20m altura para sustentar perfil "U" com 7,8 metros de comprimento, sobre os quais serão esticados cabos de aço 1/4 de polegada, espaçados em 1m (conforme planta baixa); • Cobertura com tela agrícola tipo Aluminet 60%; • Sistema de nebulização: substituição de toda tubulação 	Serviço	1	28.590,33	28.590,33

	<p>em PVC existente, com aproveitamento de bomba e caixa d'água existentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pintura da estrutura metálica, lixando previamente os locais oxidados; aplicação de fundo anti-corrosivo para aço galvanizado e tinta alumínio no acabamento. 				
2	<p>REFORMA DA ESTUFA QUE POSSUI SISTEMA HIDROPÔNICO (DIMENSÕES 9,20 M X 9,20 M) - LOCAL: HORTO BOTÂNICO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA. - Reforma da estufa que possui sistema hidropônico (dimensões 9,20 m x 9,20 m) - LOCAL: HORTO BOTÂNICO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA., sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforma no sistema de circulação de água com a colocação de mais duas motobombas (perfazendo cinco com as 3 já existentes) tipo centrífuga, modelo BC – 98. (vazão m³/h = 2.55, altura manométrica (m c.a.) = 13, rotação corrigida (rpm) = 3500, diâmetro do rotor (min) = 107 e tubulação complementar); • Revestimento (cobertura) com plástico difusor de 150 micra; • Fechamento de laterais com tela branca de rafia 50%; • Colocação de 01 (uma) porta de acesso, frente em metalon, dimensões 2,15 m x 1, 25m, fechadas com tela branca de rafia 50%; colocação de trincos e cadeados. Aproveitamento de outra porta existente (fundos) com alinhamento e algum ajuste, se necessário; • Contra piso de concreto 10 cm de espessura no corredor central (dimensões do corredor 7,30 x 2,15 metros, não inclui área das bancadas). 	Serviço	1	17.158,33	17.158,33
3	<p>REFORMA EM ESTUFAS E TELADOS - LOCAL: HORTO BOTÂNICO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA. - Reforma em estufas e telados - LOCAL: HORTO BOTÂNICO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Telado das Aráceas (dimensões 7,3 m x 15 m): substituição da estrutura de cobertura, atualmente de madeira, por estrutura metálica construída com perfil 75 x 40 na cumeeira e nas duas terças (laterais); e perfil metalon de 30 x 30 chapa 18 nos apoios do sombrite. Colocação de nervuras com ferro de 1/2" sobre os apoios de metalon para evitar flambagem das peças. Toda a estrutura metálica será pintada com fundo anticorrosivo (zarcão) e pintura de acabamento com tinta automotiva na cor prata. Instalação de tela aluminet 60%, com colocação de perfil e mola zig zag para fixação do sombrite; • Estufa das Carnosas (dimensões 5m x 12,60 m): remoção do filme plástico existente e instalação de filme plástico leitoso de 150 micras; • Telado das bancadas de vasos (dimensões 6m x 10 m): remoção do sombrite existente, com substituição por outro sombrite 70%. Fechamento até a metade da lateral direita com mesmo sombrite; pintura da estrutura; • Estufa Areieiro nº 1 (dimensões 3,10m x 8,80 m): remoção do filme de plástico existente e colocação de filme plástico leitoso de 150 micras. Reforma da estrutura existente e pintura dos arcos. Instalação de perfil de alumínio com mola zig zag para fixação do plástico; 	Serviço	1	29.820,33	29.820,33

		<ul style="list-style-type: none"> • Estufa Areieiro nº 2 (dimensões 3,10m x 8,80 m): remoção do filme de plástico existente com substituição por outro filme de plástico leitoso de 150 micras. Reforma da estrutura existente e pintura dos arcos; instalação de perfil de alumínio com mola zig zag para fixação do plástico leitoso e sombrite; • Estufa Areieiro de baixo (dimensões 5m x 9m): aumento da mureta até (01) metro altura ao redor de toda a estrutura com bloco de cimento de 15cm a partir do piso interno de terra. Limpeza da cobertura com substituição das telhas translúcidas danificadas; • Telado da Palmeira Raphis (dimensões 4,50 x 10,70 metros): remoção do sombrite do teto e da lateral voltada para a estufa de orquídeas; • Estufa das Samambaias (dimensões 5m x 10,20 m): remoção do plástico que cobre a estrutura. Colocação (com emenda) de sombrite na parte de trás do arqueado (semicírculo), com fixação do mesmo na estrutura existente. Reforma (travamento) do arco na cumeeira; • Estufa Orquídeas Cemig (dimensões 10m x 12,60 m): remoção do plástico existente, soldagem de um ponto quebrado na estrutura do teto, instalação de tela aluminet 70%; • Telado das Dracenas (dimensões 8m x 15 m): limpeza da cobertura de sombrite existente, com retirada das folhas e acículas de pinus acumuladas. 				
VALOR TOTAL DOS ITENS QUE COMPÕEM O GRUPO 1						75.568,99
2	4	<p>SERVIÇO DE REFORMA - ESTUFA 1 - HIDROPONIA AREA DE 109 M² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA - SERVIÇO DE REFORMA - Estufa 1 - Hidroponia Area de 109 m² - Local: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Substituição de plástico (plástico leitoso, 150 micras); * Revisão na estrutura metálica e substituição de peças danificadas; * Reforma no portão de acesso (Metálico ou de Madeira?) na dimensão (larg. x alt.)cm; * Colocação de tela de piso. 	Serviço	1	2.043,33	2.043,33
	5	<p>SERVIÇO DE REFORMA - ESTUFA 2- MATERIAIS E MUDAS - ÁREA DE 130 M² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA - SERVIÇO DE REFORMA - Estufa 2- Materiais e mudas - ÁREA DE 130 M² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Substituição de plástico (plástico leitoso, 150 micras); * Revisão nas laterais de tela de sombreamento; * Revisão na estrutura metálica e substituição de peças 	Serviço	1	1.246,67	1.246,67

	danificadas; * Reforma dos portões de acesso (5 portões) e substituição de peças danificadas.				
6	SERVIÇO DE REFORMA - ESTUFA 3 - ENRAIZAMENTO - ÁREA DE 19 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA - SERVIÇO DE REFORMA - Estufa 3 - Enraizamento - ÁREA DE 19 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, sendo: * Substituição de plástico (plástico leitoso, min 150 micras); * Reforma no portão de acesso, e substituição de peças danificadas; * Revisão do sistema de irrigação.	Serviço	1	550,00	550,00
7	SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 1 - MUDAS (UFLA) - ÁREA DE 96 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA - SERVIÇO DE REFORMA - Telado 1 - Mudas (UFLA) - ÁREA DE 96 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, sendo: * Substituição de tela de sombreamento preta (50%); * Substituição de madeiramento; * Substituição de portão de madeira por portão metálico; * Revisão do sistema de irrigação.	Serviço	1	953,33	953,33
8	SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 2 - ANTURBIOS - ÁREA DE 95 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA - SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 2 - Anturbios - ÁREA DE 95 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, sendo: * Substituição de tela de sombreamento preta (70%); * Substituição de portão de madeira por portão metálico.	Serviço	1	796,67	796,67
9	SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 3 - ALPINIAS - VERMELHO - ÁREA DE 93 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA - SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 3 - Alpinias - Vermelho - ÁREA DE 93 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, sendo: * Substituição de tela de sombreamento vermelha (50%); * Substituição de portão de madeira por portão metálico.	Serviço	1	766,67	766,67
10	SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 4 - ALPÍNIAS - AZUL - ÁREA DE 93 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA - SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 4 - Alpínias - Azul - ÁREA DE 93 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, sendo: * Substituição de tela de sombreamento azul (50%); * Substituição de portão de madeira por portão metálico.	Serviço	1	783,33	783,33
11	SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 5 - ALPÍNIAS - PRETO - ÁREA DE 93 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA - SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 5 - ALPÍNIAS - PRETO - ÁREA DE 93 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, SENDO:	Serviço	1	870,00	870,00

		* Substituição de tela de sombreamento preta (30%); * Substituição de portão de madeira por portão metálico; * Revisão do sistema de irrigação.				
12		SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 6 - ALPÍNIAS - PRETO - ÁREA DE 93 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA - SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 6 - ALPÍNIAS - PRETO - ÁREA DE 93 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, SENDO: * Substituição de tela de sombreamento preta (50%); * Substituição de portão de madeira por portão metálico.	Serviço	1	796,67	796,67
13		SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 7 - COPO-DE-LEITE - ÁREA DE 90 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA - SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 7 - COPO-DE-LEITE - ÁREA DE 90 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, SENDO: * Revisão de tela de sombreamento (50%); * Revisão e substituição de madeiramento; * Fixação lateral de tela de sombreamento; * Substituição de portão de madeira por portão metálico.	Serviço	1	773,33	773,33
14		SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 8 - BASTÃO-DO-IMPERADOR - ÁREA DE 445 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA - SERVIÇO DE REFORMA - TELADO 8 - BASTÃO-DO-IMPERADOR - ÁREA DE 445 M ² - LOCAL: SETOR DE FLORICULTURA E PAISAGISMO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, SENDO: * Substituição de tela de sombreamento (50%); * Substituição de portão de madeira por portão metálico.	Serviço	1	1.106,67	1.106,67
VALOR TOTAL DOS ITENS QUE COMPÕEM O GRUPO 2						10.686,67
VALOR TOTAL DE TODOS OS ITENS DOS GRUPOS 1 E 2						86.255,66

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARAMOS, em atendimento ao previsto no **item 3 (DA VISTORIA)** do Edital do Pregão Eletrônico n.º 024/2017, que, por intermédio do _____, portador do CPF nº _____ e do RG nº _____, devidamente credenciado por nossa empresa _____, visitamos o local da execução dos serviços de _____ e que somos detentores de todas as informações necessárias à execução dos serviços licitados

DECLARAMOS, ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor que viermos a pactuar, caso vençamos a licitação.

DECLARAMOS, também, que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações impostas no Edital.

Local, __ de _____ de 2017.

Nome e assinatura do representante legal da empresa

Visto em ____/____/____.

Nome e assinatura do servidor da UFLA.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

Pela presente, declaramos conhecer e compreender por inteiro o teor do Edital do Pregão Eletrônico Nº 024/2017, cujo objeto é a contratação de empresa especializada, com vistas à prestação dos serviços de serviço comum de manutenção, reforma e estruturação em casas de vegetação, estufas e telados nos setores (Horto Botânico) e (Floricultura e Paisagismo), a pedido do Departamento de Agricultura - DAG da Universidade da Federal de Lavras, conforme especificações constantes **no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2017**.

Declaramos, outrossim, que optamos por **não vistoriar** o local em que será executado o serviço por conhecer as circunstâncias locais e as possíveis dificuldades para a realização dos serviços, objeto desta licitação, assumindo a responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes de circunstâncias passíveis de serem avaliadas na vistoria.

Licitante: _____

CNPJ: _____ Tel/Fax: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Representante do Licitante: _____

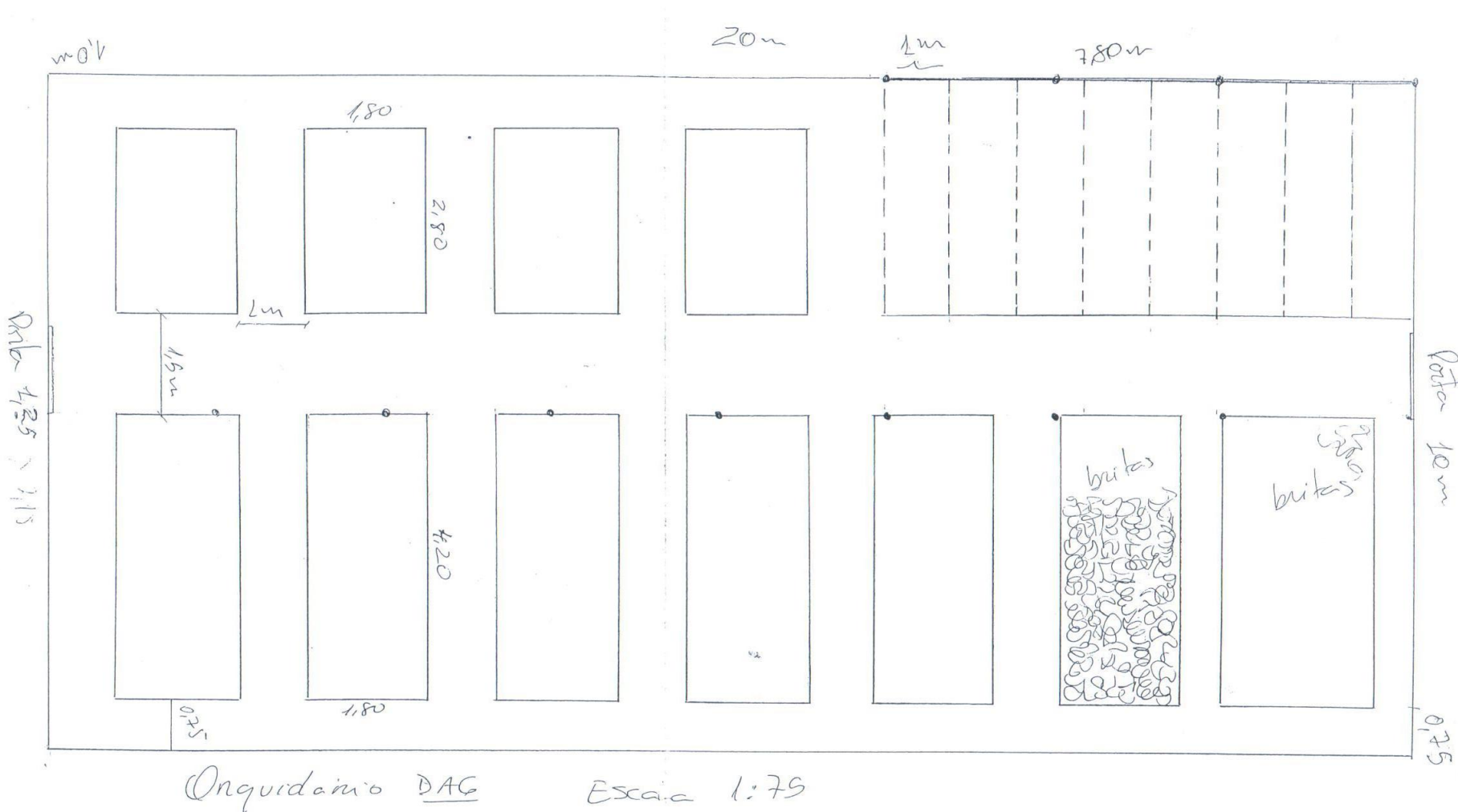
Carteira de Identidade: _____ CPF: _____

Local, __ de _____ de 2017.

Nome e assinatura do representante legal da empresa

ANEXO V

Croqui - Orquidário do Departamento do Agricultura, local no qual será executado os serviços relacionados nos item 1, 2 e 3 que compõem o grupo 1 no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2017.



ANEXO VI

Imagem Aérea - Setor de Floricultura e Paisagismo do Departamento do Agricultura local no qual será executado os serviços relacionados nos itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 que compõem o grupo 2 no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2017.

